



Mulheres na Filosofia

Mary Wollstonecraft

Sarah Bonfim



Edição eletrônica

URL: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/mary-wollstonecraft/>

ISSN: 2526-6187

Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 3, 2022, p. 01-13.

Mary Wollstonecraft (1759-1797)

Por **Sarah Bonfim** – membra do projeto New Voices, do Grupo de Filosofia Política da Unicamp e doutoranda em Filosofia (Unicamp), bolsista Fapesp processo 2021/02257-5 - [Lattes](#).

Vida

Mary Wollstonecraft, filha de Elisabeth e Edward, nasceu em 27 de abril de 1759, em Londres, na Inglaterra. Segunda filha de um total de seis Wollstonecraft, desde muito cedo, assume o papel de protetora. Ela protege sua mãe das agressões de seu pai, que tinha problemas com álcool, e é quem cuida dos irmãos pequenos, papel que desempenha por grande parte da vida, principalmente com suas irmãs, Eliza e Everina.

Como é esperado de uma moça de classe média no século XVIII, Wollstonecraft frequenta uma escola para meninas, onde aprende um pouco de aritmética, geografia, um pouco de francês, música e dança (Brody, 2000, p. 17). O seu desenvolvimento intelectual deve muito aos amigos que fez durante a vida. A começar por Henry Clare, um reverendo Dissidente (não alinhado ao Anglicanismo do rei) vizinho dos Wollstonecrafts, que percebe o interesse dela por livros e a convida para frequentar a sua biblioteca.

É na biblioteca de Clare que Wollstonecraft tem seu primeiro encontro com grandes nomes da filosofia. Em especial, ela fica muito impressionada pelos escritos de John Locke (1632-1704) contra a tirania. No retrato do tirano feito por Locke, a jovem identifica semelhanças com o comportamento de seu pai (cf. Gordon, 2020). Inspirada pela definição de liberdade de Locke, ela decide assumir o governo de sua própria vida. Isso significaria tomar decisões por conta própria — e arcar com as consequências. A coragem dela é extraída da teoria. Nas palavras da biógrafa Charlotte Gordon:

“Mary extraía coragem das teorias de Locke e das obras de Rousseau, que desenvolvia um pouco mais as ideias de Locke, argumentando que a liberdade era o que mais importava, e que a obediência e a subordinação eram sintomas de opressão social.” (Gordon, 2020, p. 68).

Wollstonecraft desde cedo já possuía uma lucidez sobre sua condição social e as opressões dela decorrentes, mesmo que ainda não pudesse nomeá-las apropriadamente. Oriunda de uma família de classe média trabalhadora, precocemente conjecturou sobre as suas possibilidades de subsistência. Como não recebeu a herança deixada pelo avô paterno, seu destino seria o casamento ou empregos de pouco *status* e baixa remuneração. Tendo clareza do

que significava o casamento para uma mulher, isto é, estar vulnerável a uma série de violências, tal como aconteceu com sua mãe, Wollstonecraft optou por buscar um emprego. Ela decidiu deixar a casa de seus pais e partiu para Bath, onde trabalhou como acompanhante. No entanto, por conta do adoecimento da mãe, retornou para casa. Após a morte da mãe, Wollstonecraft permaneceu com suas irmãs, acompanhando-as. Ao perceber que uma delas, Eliza, estava sofrendo violência doméstica do marido, Wollstonecraft fugiu com ela, deixando o cunhado e o bebê para trás. Com o intuito de ajudar as irmãs financeiramente e ao mesmo tempo realizar um sonho, Wollstonecraft abre sua escola em Newington Green.

A localização é um pedido de Hannah Burgh, viúva de James Burgh (1714-1775), educador inglês que pleiteou o sufrágio universal e a liberdade de expressão. Hannah financia o projeto de Wollstonecraft, que toma lugar nessa vizinhança ao norte de Londres e que também é morada de proeminentes figuras políticas da época como, por exemplo, Richard Price (1723-1791), que se torna um importante mentor para Wollstonecraft. Pastor Dissidente, Price tinha ideias progressistas e era um ativista político, sempre reivindicando cidadania completa a todos, independente do sexo ou da classe social. Nele Wollstonecraft encontra inspiração e amizade, principalmente pelo papel que ambos atribuíam à educação. Reciprocamente, ele acompanha de perto Wollstonecraft e o seu projeto escolar.

A escola em Newington Green tem em seu quadro de funcionárias as irmãs de Wollstonecraft, Everina e Eliza, e a amiga de longa data, Fanny Blood (1758-1785). Embora nenhuma delas tenha uma formação que as qualificasse como professoras, elas sabem ler e escrever e a educação é uma maneira digna de se ganhar algum dinheiro. Wollstonecraft se considera uma boa professora, pois é “paciente, razoável e afetuosa” (Brody, 2000, p. 46). Divide entre suas irmãs e a família de Fanny o dinheiro que angaria com a matrícula dos alunos. O projeto educacional de Newington Green é o de fomentar a autonomia de pensamento bem como tratar os alunos como indivíduos dotados de vontade, razão e experiências. Com respeito, ternura e misturando diferentes idades e ambos os sexos, Wollstonecraft fomenta a criatividade, a integridade e a autodisciplina. Todavia, a escola não se sustenta por muito tempo por dois motivos. O primeiro, a falta de engajamento de Eliza e Everina. O segundo, o casamento de Fanny, que a levou a deixar a escola e se mudar para Portugal.

Fanny Blood é uma pessoa pela qual Wollstonecraft nutre grandes sentimentos. Amigas de longa data, Wollstonecraft não mede esforços para ir até Fanny quando sabe que a amiga está com problemas na gestação. Wollstonecraft, então, se dirige até Lisboa para acompanhar o parto de Fanny. Complicações decorrentes do parto foram o motivo da morte de Fanny, que deixa o marido e o filho recém-nascido. Muito abalada pela morte da amiga, Wollstonecraft

retorna a Londres e percebe que não é possível que a escola permaneça funcionando, em função do mal gerenciamento de suas irmãs durante a sua ausência. Com a perda de Fanny e o fechamento da escola, John Hewlett (1762-1844) decide ajudar Wollstonecraft e a apresenta a Joseph Johnson (1738-1809), um editor londrino que sugere que ela escreva uma obra educacional, uma vez que já possui experiência na área com práticas originais e progressistas. Ela acata a sugestão e o resultado desse incentivo é [*Pensamentos sobre a Educação das Meninas*](#) [*Thoughts on the Education of Daughters*], publicado por Johnson, em 1786.

Embora a publicação marque os primeiros passos de Wollstonecraft como escritora, essa atividade ainda não é capaz de custear as dívidas que ela possui com o fechamento de sua escola. Para saná-las, aceita uma posição de governanta na família do Lorde Kingsborough, assumindo a responsabilidade pela educação das filhas. Aqui é importante notar que a vaidade e a superficialidade dos costumes que ela observa na casa dessa família são, a seu ver, razão para a corrupção de qualquer possibilidade de virtude. Em poucos meses, ela os deixa, prometendo a si mesma nunca mais “trabalhar em situação tão degradante” (Wollstonecraft *apud* Gordon, 2020, p. 133).

É nesse momento que ela recebe a proposta de Johnson para dedicar-se à editora, trabalhando como resenhista na revista *Analytical Review*. Em 1787 Wollstonecraft volta a Londres, onde se dedica exclusivamente a sua escrita. Começa a escrever o conto *Cave of Fancy* [*Caverna da Imaginação*] e a coletânea de textos de apoio para a educação feminina intitulada *The Female Reader* [*Leitora Feminina*]. É nesse período que ela lança *Original Stories from Real Life* [*Histórias Originais da Vida Real*], inspirando-se em sua vivência na casa dos Kingsborough. As vendas deste último foram um sucesso, garantindo a Wollstonecraft a possibilidade de se sustentar apenas com a sua escrita (cf. Brody, 2000, p. 66).

À medida que Wollstonecraft demonstra seus talentos para a escrita, Johnson confere a ela cada vez mais responsabilidades. Uma delas é a tradução de obras educacionais em outros idiomas. Mais uma vez, Wollstonecraft demonstra habilidade autodidata: aprende os idiomas sozinha e realiza traduções de obras do francês e do alemão. Um fato curioso das traduções feitas por Wollstonecraft é o de que ela subverte alguns dos conteúdos presentes nas obras. Um exemplo dado por Charlotte Gordon (2020, pp. 142-3) é o da obra *Moralisches Elementarbuch nebst einer Anleitung zum nützlichen Gebrauch desselben* [no português *Elementos de moralidade para o uso de crianças*], do alemão Christian Salzmann (1744-1811), no qual Wollstonecraft reescreve passagens inteiras que se referem à defesa da aristocracia e à educação das meninas. Apenas recentemente essa intervenção foi notada. Essa estratégia brilhante, como

nota Gordon, já anuncia a posição da filósofa desde muito jovem: a de enfrentar teses de grandes escritores.

Ainda que clandestinamente, atitudes como essa são fundamentais dentro de sua carreira de escritora. Para Gordon (2020, p. 144), o fato de ninguém ter descoberto a intervenção de Wollstonecraft fez com que ela se encorajasse ainda mais para expressar suas opiniões. Assim, ela caminha a passos largos para se tornar a grande filósofa reivindicatória, tanto da *Reivindicação dos Direitos dos Homens* (1790) como da *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792).

Wollstonecraft, agora como autora de obras notáveis, é também frequentadora de espaços que permitiriam encontros com pessoas como o filósofo anarquista William Godwin (1756-1836). Obstinação em observar de perto a França pós-revolucionária, Wollstonecraft se muda para Versalhes no final do ano de 1792. Nessa mudança, ela conhece Gilbert Imlay, norte-americano com quem tem sua primeira filha, Fanny — nome dado em homenagem a sua amiga. Nesse período são escritos e lançados *An Historical and a Moral View about the Origin and Progress of French Revolution [Uma Visão Histórica e Moral sobre a Origem e o Progresso da Revolução Francesa]* (1794) e *Letters written during short residence in Sweden, Norwegen, and Denmark [Cartas Escritas Durante uma Breve Residência na Suécia, Noruega e Dinamarca]* (1795).

Em 1795 ela volta a Londres e, apesar de ter conquistado boa parte dos seus anseios intelectuais, Wollstonecraft ainda tem que lidar com muitas perdas e complicações da vida ordinária, como é o caso de ser abandonada por Imlay, que a deixa sozinha com a pequena Fanny. A tristeza a leva a tentar suicídio e, felizmente, isso não se concretiza. Johnson se reaproxima de Wollstonecraft e a traz novamente para o círculo intelectual dos Dissidentes. É nesse espaço que Wollstonecraft se reencontra com William Godwin e se envolve romanticamente com ele.

Ao engravidar pela segunda vez em 1797 e temerosa das consequências práticas do abandono masculino — como foi o caso com Imlay —, Wollstonecraft casa-se com Godwin. A princípio, ambos moram em casas separadas e mantêm uma vida independente. O nascimento da bebê, que mais tarde ficaria famosa por ser a escritora de *Frankenstein* sob o pseudônimo de Mary Shelley, acontece no começo de setembro de 1797. A recém-mãe acabou sucumbindo às complicações do parto, vindo a falecer em 10 de setembro de 1797, em Londres.

Além das obras mencionadas, algumas obras receberam edições inéditas ou revisadas postumamente por William Godwin, tais como o conto *The Cave of Fancy [Caverna da Imaginação]* (1787), a coletânea de textos *The Female Reader: Or Miscellaneous Pieces in*

Prose and Verse; Selected from the Best Writers, and Disposed under Proper Heads; for the Improvement of Young Women [A leitora feminina: ou miscelânea de trechos em prosa e verso; seleções dos melhores escritores e dispostas sob títulos apropriados; para o aperfeiçoamento de jovens mulheres] (1789) e *Mary, a Fiction* [*Mary, uma Ficção*] (1796).

Obra

Wollstonecraft é uma escritora versátil, que transita entre diversos gêneros textuais. Cartas, panfletos, histórias infantis, manual de conduta, romance e tratado filosófico são alguns deles. O estilo de escrita dela também é marcante, pois ela não poupa o uso da ironia, do cotejamento direto das obras e da primeira pessoa. É uma escritora autodidata, que aperfeiçoa o ofício da escrita na medida em que desenvolve os seus trabalhos. É, também uma escritora apaixonada e, em geral, feita no compasso da impressão: *Reivindicação dos Direitos dos Homens* e *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, foram escritos e publicados em 3 e 6 semanas, respectivamente. A fim de facilitar uma introdução ao pensamento de Wollstonecraft, apresento alguns trabalhos selecionados divididos em dois grandes temas: pedagógicos e políticos, com destaque para a liberdade e opressão. No primeiro grupo, destacam-se as sugestões de Wollstonecraft para educação de crianças e jovens e, no segundo grupo, as impressões, críticas e sugestões referente aos direitos das mulheres, em especial, a educação.

1. Escritos pedagógicos

A primeira publicação de Wollstonecraft é a obra *Thoughts on the Education of Daughters: with reflexions about female conduct in the more importante duties of life* [*Pensamentos sobre a Educação das Meninas: com reflexões sobre a conduta feminina nos mais importantes deveres da vida*] de 1786. Nessa obra, já é possível observar a formação de um tema perene no trabalho de Wollstonecraft: o desenvolvimento intelectual das mulheres e a necessidade de se rever como as meninas são tratadas na sociedade. O destaque da obra é a disputa da ideia do que seria uma *Dama Adequada*, isto é, qual deveria ser o modelo ideal feminino a ser difundido através da literatura de conduta. Outras obras, tais como *A Father's Legacy to his Daughters* [Legado de um pai para suas filhas], do Dr. John Gregory (1724-1773), que são mais conservadoras, advertiam que o papel das mulheres era apenas o de obedecer aos seus maridos e esbanjar docilidade. Wollstonecraft não concorda com essa visão e acredita que seria possível conciliar a atividade do cuidado com o desenvolvimento intelectual. Mesmo que ela adote um padrão conservador de literatura — como é o caso da literatura de conduta — ela

inova ao apresentar comportamentos diferentes do que eram esperados para as mulheres, como a escrita, a leitura e a elaboração de opiniões próprias (cf. Bonfim, 2021).

A segunda publicação de Wollstonecraft, *Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections and Form the Mind to Truth and Goodness* [*Histórias Originais da Vida Real; com Diálogos Planejados para Regular os Afetos e Formar a Mente para a Verdade e a Bondade*] de 1787, é voltada para o público infantil, composta por pequenas histórias que têm alguma lição a ser ensinada, tal como caridade, paciência e respeito aos animais. Desde a introdução, Wollstonecraft deixa claro que o intuito do livro é o de apresentar as situações forjadas que servem para que as crianças aprendam através delas, uma vez que exemplos são mais eficientes para o ensino infantil do que apenas teoria. A grande inovação de *Histórias Originais da Vida Real* é ter duas meninas no centro do processo de aprendizagem, sem se limitar a ensinar-lhes “coisas de meninas”. Wollstonecraft faz questão de que suas personagens, Mary e Caroline, aprendam tudo o que deveria ser acessível a qualquer ser humano, independente do sexo biológico e de suas implicações. *Histórias Originais da Vida Real* se manteve como uma obra essencial no aconselhamento sobre o desenvolvimento moral infantil por quase cinquenta anos (Gordon, 2020, p. 141).

Já *Mary, a Fiction* (1787) [*Mary, uma Ficção*] é um romance com elementos autobiográficos. A personagem principal demonstra agência sobre suas ações, bem como contraria o que é esperado de uma mulher — sendo, por exemplo, uma figura oposta à Sofia, personagem de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) (cf. Wollstonecraft, 2004, p. 5). Assim como em *Pensamentos sobre a Educação das Meninas*, nessa obra Wollstonecraft também demarca a sua posição antagônica ao que era socialmente esperado das mulheres, como é o caso do casamento e do desenvolvimento da razão. Inclusive, é por ter aprendido a refletir que a personagem Mary é tão melancólica no decorrer da história: ela não consegue compreender o motivo do casamento compulsório para as mulheres — e no caso dela, arranjado. Ela resiste em permanecer fechada em casa e busca alternativas, como viagens e interações sociais. No entanto, o romance acaba com Mary casada e dependente de seu marido. A frase que fecha o romance imagina um mundo em que há outros cenários possíveis para as mulheres: “ela pensou estar se apressando para um mundo onde não terá de se casar nem ceder ao casamento” (Wollstonecraft, 2004, p. 53).

2. Escritos políticos

Wollstonecraft inicia a temática de equidade social na obra *Vindication of the Rights of Men* [*Reivindicação dos Direitos dos Homens*], de 1790. Em formato de carta, cujo remetente

é Edmund Burke e as suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790), Wollstonecraft aborda temas como a importância da razão no governo das paixões, a virtude como sustentáculo social e uma fervorosa oposição à escravidão.

É importante destacar que a oposição que Wollstonecraft marca com relação à Burke é dupla, isto é, é de ordem estética e política. É estética porque ela se opõe ao uso de uma retórica floreada, que Burke utiliza ao apelar para o sentimentalismo de seus leitores e não à racionalidade deles. De acordo com Wollstonecraft, a “indignação” que ela diz sentir ao ler a obra de Burke “foi despertada pelos argumentos sofisticados”, que a cada momento atravessavam-na, “na forma questionável de sentimentos naturais e bom senso” (Wollstonecraft, 1993, p. 3). Além disso, é uma oposição política porque Wollstonecraft questiona Burke sobre a defesa que ele faz de determinada organização social, na qual o costume e a tradição funcionam como embasamento das leis.

Por exemplo, em determinado ponto de *Reivindicação dos Direitos dos Homens*, ao recusar obediência cega aos reis — defendida por Burke como uma “constituição moral [oriunda] do coração” — Wollstonecraft argumenta que os governantes merecem respeito e não devoção de seus súditos. Ela também defende a separação entre a razão e as paixões. As paixões de início não são nem boas nem ruins, porém devem ser submetidas à razão a fim de garantir que colaborem no aperfeiçoamento da virtude das pessoas (1993, p. 31). Dessa maneira, ao contrário do que Burke defende, não deve ser tarefa das paixões ditar a moral, mas da razão.

A razão, em constante aperfeiçoamento, permite que a moral fique cada vez mais adequada. Um exemplo é a escravidão. Wollstonecraft rebate Burke afirmando que, em algum momento da história, o tráfico de pessoas foi amparado pela lei e pela moral, porém, não deve mais ser tolerado de modo algum, pois não é racionalmente justificável que um ser humano seja considerado uma propriedade e que seja impedido de ser livre (cf.: 1993, p. 51).

A questão de determinada moral que não faz mais sentido também figura nas páginas de *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, onde, no entanto, como já sugere o título, ela é especificada para o caso das mulheres. Inspirada por [Catharine Macaulay](#), Wollstonecraft argumenta que o pacto social não é justo pois não é esperado que homens e mulheres tenham a mesma conduta em termos de aperfeiçoamento das virtudes (cf. Wollstonecraft, 2016, p. 219). Em especial, ela salienta que os costumes e a tradição ditam como as mulheres deveriam se portar, não em termos de virtudes, isto é, qualidades que elevam o ser moral, mas sim em virtudes negativas que ditam comportamentos e outras qualidades efêmeras, tais como a beleza física.

Com o objetivo de nivelar o terreno sobre o qual devem se assentar as virtudes, Wollstonecraft estabelece um princípio que serve de alicerce para o seu argumento pela equidade feminina. Razão, virtude e conhecimento, para ela, são as “verdades mais simples” (Wollstonecraft, 2016, p. 31) e devem ser as reguladoras do aperfeiçoamento. Atuando de maneira conjunta, essas concepções devem amparar o desenvolvimento humano — que acontece pelo intermédio da educação. Todos os seres humanos — independentemente de acidentes externos, isto é, aspectos biológicos, geográficos e sociais —, são dotados de razão, e possuem a capacidade de serem virtuosos, mesmo que em diferentes graus. A humanidade como um todo pode adquirir conhecimentos que, quando acumulados, tornam-se experiência. Acontece que Wollstonecraft constata que as mulheres não são incluídas nessa ideia de

humanidade, uma vez que são tratadas de modo diferente pelo Estado, pelas Constituições e pelos teóricos.

Se em *Reivindicação dos Direitos dos Homens* Wollstonecraft tem como oponente Edmund Burke, em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* esse oponente é Jean-Jacques Rousseau, especificamente sobre o que ele escreveu na obra *Emílio ou da Educação* (1762). É fato que ela partilha de várias das posições de Rousseau. No entanto, como bem define Barbara Taylor (2017), em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, Wollstonecraft é mais uma “discípula enfurecida do que uma inimiga intelectual” do genebrino (p. 216). E o motivo da fúria de Wollstonecraft é o modo com que Rousseau constrói a personagem Sofia, esposa de Emílio, que, embora cativante, é, de acordo com Wollstonecraft, totalmente “inatural” (2016, p. 45). Em especial Wollstonecraft também se indis põe com o modo com o qual Rousseau trata da faculdade racional no caso das mulheres. Para ele, a capacidade de razão das mulheres é apenas de ordem prática, isto é, seriam incapaz de abstrair e generalizar. Nas palavras dele:

“A procura das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias não é da competência das mulheres, seus estudos devem todos voltar-se para a prática; cabe a elas fazerem a aplicação dos princípios que o homem encontrou, e cabe a elas fazerem as observações que levam o homem ao estabelecimento de tais princípios.” (Rousseau, JJ. Emílio ou da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 565)

Para Wollstonecraft, ao promover essa razão deficiente, Rousseau forja um ser *quimérico* e afasta as mulheres da possibilidade de adquirir conhecimento, tendo como consequência a impossibilidade de o gênero feminino alcançar a virtude. Nesse sentido, ela afirma que a constância e a virtude, que Rousseau alega não serem da alçada feminina, de fato serão vetadas às mulheres enquanto elas estiverem sujeitas a um sistema de educação que visa formar seres *pela metade* e não em desenvolvê-las como seres humanos integrais. Wollstonecraft questiona: como “pôde Rousseau esperar que elas [as mulheres] fossem virtuosas e constantes, quando não é permitido que a razão seja o fundamento de sua virtude nem a verdade o objeto de suas indagações?” (Wollstonecraft, 2016, p. 121). O erro de Rousseau é deter-se entre os seus próprios sentimentos, que ofuscaram suas virtudes e fizeram de sua imaginação uma faculdade fértil demais. O resultado é a manutenção de um sistema que mais oprime do que promove as mulheres, atrasando não só o desenvolvimento delas mas o da sociedade como um todo:

“Todos os erros do pensamento de Rousseau, porém, surgiram da sensibilidade, e as mulheres estão sempre prontas a perdoar a sensibilidade a seus encantos! Quando deveria ter raciocinado, ele tornou-se apaixonado, e a reflexão inflamou sua imaginação, em vez de iluminar seu entendimento. Até mesmo suas virtudes levaram-no a conclusões errôneas; tendo nascido com uma constituição calorosa e uma imaginação fértil, ele foi levado pela natureza até o outro sexo com uma inclinação tão ávida que logo se tornou lascivo. Se tivesse dado vida a esses desejos, o fogo teria se extinguido de maneira natural, mas a virtude e uma espécie romântica de delicadeza o fizeram praticar a abnegação; ainda assim, quando o medo, a delicadeza ou a virtude o restringiram, ele abusou de sua imaginação e, refletindo sobre as sensações às quais a fantasia deu força, ele as traçou com as cores mais

resplandecentes e as afundou no mais profundo de sua alma.” (Wollstonecraft, 2016, p. 121)

A postura crítica que Wollstonecraft assume com relação ao modelo feminino rousseauista permite com que ela imagine outras possibilidades para as mulheres para além do espaço doméstico, como, por exemplo, a possibilidade de se tornarem profissionais da saúde, (cf. 2016, p. 228) e até representarem outras mulheres politicamente (cf. 2016, p. 190). Wollstonecraft busca, desde *Pensamentos sobre a Educação das Meninas* (1786), estender às mulheres aquilo que Rousseau defende no *Emílio*, mas restringe aos homens. Em poucas palavras, ela tem por objetivo proporcionar às meninas uma educação que desenvolva hábitos de virtude e autonomia, e que seja capaz de garantir a perfectibilidade da razão de todos os seres humanos, sem distinção.

A questão da perfectibilidade da razão é um importante argumento tanto em *Reivindicação dos Direitos dos Homens* como em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. O dever de desenvolvimento da razão ganha relevância na Reivindicação de 1792, ao partir de um quadro teórico-metafísico, no qual Wollstonecraft afirma que homens e mulheres possuem uma razão a desenvolver, cujo propósito deve ser a perfectibilidade, isto é, o aperfeiçoamento da faculdade de razão. A consequência desse aperfeiçoamento vai desde o plano pessoal até o social. Por serem perfectíveis, os seres humanos devem se desenvolver e é papel de um Estado que é virtuoso garantir isonomia entre os cidadãos — independentemente do sexo, para que esse objetivo comum seja atingido

Embora em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* Wollstonecraft passe muito rapidamente sobre o papel do Estado para o desenvolvimento das virtudes dos indivíduos, é em *An Historical and a Moral View of the Origin and Progress of French Revolution [Uma Visão Histórica e Moral da Origem e Progresso da Revolução Francesa]* (1794), que ela desenvolve uma tese fundacionista da sociedade, bem como extrai diagnósticos sobre a condição na qual se encontram tanto a França quanto a Inglaterra após a Revolução de 1789. É nessa obra, também, que ela pôde se deter em explicar como as formas de governo impactam na capacidade de virtude de uma população. Por exemplo, ao favorecer os mais ricos e não proteger os mais pobres e vulneráveis, para Wollstonecraft, o Estado estaria indo de encontro a um de seus princípios mais fundamentais. De acordo com ela:

“Tendo a natureza tornado os homens desiguais, dando poderes físicos e mentais mais fortes a uns do que aos outros, o objetivo do governo deveria ser destruir essa desigualdade protegendo os fracos. Em vez disso, sempre se inclinou para o lado oposto, desgastando-se por desconsiderar o primeiro princípio de sua organização.” (Wollstonecraft, 1993, p. 289).

O que Wollstonecraft defende é que os governos sejam justos no trato com os seus cidadãos, não permitindo que poderes individuais impliquem na diminuição do bem-estar geral. O papel do governo seria o de garantir que ninguém tivesse um poder maior do que outra pessoa baseando-se apenas em elementos hereditários. E é nessa direção que em *Uma Visão Histórica e Moral* ela reitera o que já afirmara em *Reivindicação dos Direitos dos Homens*: a faculdade da razão e não o costume deveria ser a base das leis civis. Comparado à *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, *Uma Visão Histórica e Moral* mantém a ideia de que a razão, e não o decoro ou a tradição, deve guiar a mulher em suas decisões da vida privada e pública. Em suma, a razão é um tema perene que possui um papel central na literatura de Wollstonecraft, sendo a pedra angular que embasa uma perspectiva tanto do ponto de vista genericado (isto é, do sexo biológico) quanto da espécie humana.

“Para fazer com que a humanidade seja mais virtuosa e, claro, mais feliz, ambos os sexos devem agir de acordo com os mesmos princípios; mas como isto pode ser esperado quando apenas a um deles se permite enxergar a razoabilidade desses princípios? Para fazer com que o pacto social seja verdadeiramente equitativo e a fim de difundir esses princípios esclarecedores, os únicos capazes de melhorar o destino do homem, deve-se permitir às mulheres que lancem os alicerces de sua virtude no conhecimento, o que é muito pouco possível, a não ser que sejam educadas com as mesmas atividades que os homens.” (Wollstonecraft, 2016, p. 223-4)

Legado

A meu ver, a vida e a obra de Wollstonecraft se confundem, encontrando-se nos momentos de revolta e coragem. Há um enorme senso de responsabilidade com o contexto histórico e amor à liberdade. Wollstonecraft não recebeu o merecido reconhecimento de seus pares contemporâneos, permanecendo assim por todo século XIX. Já durante o século XX, ainda que seja retomada pelas sufragistas, ela fica à margem dos estudos acadêmicos. No Brasil, apenas em 2016 ela é retomada como uma teórica política, ao ter uma obra traduzida para a língua portuguesa, a *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Por ora, aguardamos outras traduções para o português de suas obras para a ampliação dos estudos.

Os escritos wollstonecraftianos ainda permanecem atuais e tanto sua obra quanto sua vida servem de inspiração para a contínua luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres. Que ecoem seus conselhos sobre enfrentar os desafios no caminho para a emancipação:

“Não deixe que algumas pequenas dificuldades a intimidem, eu imploro; — enfrente quaisquer obstáculos em vez de submeter-se a um estado de dependência — digo isso do fundo do coração. — Já senti o peso e gostaria que você o evitasse de todas as formas.” (Wollstonecraft apud Gordon, 2020, p. 88).

Referências

Obras de Wollstonecraft Traduzidas

Wollstonecraft, M (2016). *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

Ainda não traduzidas

Wollstonecraft, M (1993). *A Vindication of the Right of Men and A Vindication of the Rights of Woman*. Oxford: Oxford University Press.

Wollstonecraft, M (2018a). *Thoughts on the Education of Daughters*. Altenmuster: Jazzy Bee.

Wollstonecraft, M (2018b). *Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness*. Altenmuster: Jazzy Bee.

Wollstonecraft, M (2004). *Mary and Maria*. Nova York: Peckering and Chatto.

Wollstonecraft, M (2009). *Letters written in Sweden, Norway, and Denmark*. Oxford: Oxford University Press.

Sobre a vida de Wollstonecraft

Todd, J (2000). *Mary Wollstonecraft: a Revolutionary Life*. Nova York: Columbia University Press.

Todd, J (org.) (2003). *The Collected Letters of Mary Wollstonecraft*. Nova York: Columbia University Press.

Brody, M (2000). *Mary Wollstonecraft: mother of women's rights*. Oxford & Nova York: Oxford University Press.

Godwin, W (1797). *Memoirs of the author of Vindication of Rights of Woman*, Londres.

Gordon, C (2020). *Mulheres Extraordinárias: As Criadoras e a Criatura*. Rio de Janeiro: Dark Side.

Wolf, V (2015). "Quatro figuras: Mary Wollstonecraft". In: Wolf, V. *O valor do riso e outros ensaios* (p. 221-229). São Paulo: Cosac Naify.

Sobre a obra de Wollstonecraft

Bergès, S (2013). *The Routledge Guidebook to Wollstonecraft's A Vindication of the Rights of Woman*. New York: Routledge.

Bergès, S & Coffee, A (orgs.) (2016). *The Social and Political Philosophy of Mary Wollstonecraft*. Oxford: Oxford University Press.

Bergès, S. Botting, E. H. & Coffee, A (orgs.) (2019) *The Wollstonecraftian Mind*. New York: Routledge.

Botting, E. H (2016). *Wollstonecraft, Mill, & Women's Human Rights*. New Heaven & London: Yale University Press.

Halldenius, L (2015). *Mary Wollstonecraft and Feminist Republicanism: independence, rights, and the experience of unfreedom*. Londres: Pucking and Chatto.

Johnson, C (2002). *The Cambridge Companion to Wollstonecraft*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miranda, A. R (2010). *Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)*. (Dissertação de mestrado em história) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Miranda, A. R (2017). *Proto-feministas na Inglaterra setecentista: Mary Wollstonecraft, Mary Hays e Mary Robinson. Sociabilidade, subjetividade e escrita de mulheres*. (Tese de Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Motta, I. P. (2009). *A importância de ser Mary: Análise e Tradução da obra “Vindication of the Rights of Woman” de Mary Wollstonecraft*. São Paulo: Annablume.

Nunes, S. B. M. (2021). *O papel da razão na emancipação feminina: Mary Wollstonecraft e sua Reivindicação*. (Dissertação de mestrado em Filosofia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas

Nunes, S. B. M. (2021). *Resenha de “Pensamentos sobre a Educação das Meninas”*. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 7, (2), pp. 11-21. Disponível [aqui](#). Acesso em 25 de março de 2022.

Rodrigues, A. P. A. F (2011). *O despertar da Consciência Cívica Feminina: Identidade e valores da pedagogia feminina de finais do século XVIII*. (Tese de doutorado em estudos de literatura e de cultura) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Sapiro, V (1992). *A Vindication of Political Virtue*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press.

Taylor, B. (2017). “Wollstonecraft e Rousseau: Solitary Walkers”. In: Rosenblatt, H & Schweigert, P (orgs). *Thinking with Rousseau: from Machiavelli to Schmitt* (pp. 211-234). Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, B (2003). *Mary Wollstonecraft and the feminist imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, N. F (2007). *The Rights of Woman as Chimera: the Political Philosophy of Mary Wollstonecraft*. Nova York & Londres: Routledge, 2007.

Outros materiais

The Wollstonecraft Society. Organização sem fins lucrativos. Londres. <https://www.wollstonecraftsociety.org/>

PPGFIL/UFPI. Diálogos Filosóficos com Yara Frateschi: “Catharine Macaulay e Mary Wollstonecraft contra Jean Jacques Rousseau”. Youtube. 06 de agosto de 2021. Disponível [aqui](#).

Rede Brasileira de Mulheres Filósofas. Mulheres leem Mulheres: Sarah Bonfim lê Mary Wollstonecraft. 06 de novembro de 2021. Disponível [aqui](#).

Boitempo. Mary Wollstonecraft e o documento fundacional do Feminismo: atualidades e limites. Debate com Eunice Ostrensky e Maria Lygia Quartim de Moraes e mediação de Sarah Bonfim. 07 de março de 2022. Disponível [aqui](#).